

O PENSAMENTO GEOGRÁFICO É GEOGRAFIA EM PENSAMENTO?

ELVIO RODRIGUES MARTINS¹
Universidade de São Paulo

Resumo: Este trabalho apresenta uma série de indagações com vistas a avaliar qual a natureza do debate teórico da ciência geográfica hoje no Brasil. Busca observar o atual estágio deste debate considerando-se os últimos trinta anos do seu desenvolvimento, além de apresentar elementos que buscam contribuir para o mesmo. Estão no centro deste trabalho os problemas das categorias do pensamento geográfico entre outros elementos de ordem epistemológica.

Palavras-chave: Espaço; Ciência Geográfica; Geográfico; Totalidade; Lógica.

IS GEOGRAPHICAL THOUGHT GEOGRAPHY IN THOUGHT?

Abstract: This paper poses a series of questions in order to assess the nature of the theoretical debate of geographical science in Brazil today. It aims to examine the current stage of this debate in view of the last thirty years of development, besides presenting elements that seek to contribute to it. At the core of this paper are the problems of the categories of geographical thought and other elements of an epistemological nature.

Keywords: Space; Geographical Science; Geographical; Totality; Logic.

Ruy Moreira escreveu, em 1987, “antes tínhamos uma geografia com forma, mas sem conteúdo, e passamos a uma geografia com conteúdo, mas sem forma”² (MOREIRA, 2007, p. 118). A forma aí designada, não custa reafirmar, é o *pensamento* geográfico. Trata-se de uma afirmação que pretende apontar para uma descaracterização epistemológica da ciência geográfica, muito provavelmente

¹ Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo.

² Uma primeira versão desse texto foi dada público como material para um grupo de trabalho por ocasião do 1º Congresso de Professores de Geografia *Fala Professor* em Brasília no ano de 1987.

ocorrida no desenvolvimento do pensamento geográfico brasileiro a partir da década de 1980 aproximadamente.

Mas cabe uma pergunta: sem esta forma determinada, podemos identificar o conteúdo que ela representa? Queremos dizer com isso, que a apreensão de um determinado conteúdo passa pelo reconhecimento de sua existência, e isso remete à forma que permite, em pensamento, adquirir esta compreensão. Ou seja, pecando pelo óbvio (ou não), *pensamento geográfico é geografia em pensamento, ou pensar geografia é ter para si a existência e a importância do geográfico presente na realidade.*

Assim, podemos dizer que quem não tem a forma pouco ou nada reconhece do conteúdo. E, reciprocamente, quem não discrimina os elementos constituintes do conteúdo, menos ainda se vê na condição de estabelecer a forma em pensamento. Portanto, a forma é o conteúdo em pensamento. São equivalentes, mutuamente dependentes, mas, acima de tudo, a forma sempre responde pelo conteúdo em suas alterações.

Com relação à passagem de Ruy Moreira transcrita no primeiro parágrafo, o “antes” a que ele se refere provavelmente diz respeito ao pensamento geográfico anterior à década de 1980 em alguns países, mas, principalmente, no Brasil. E o que é possível depreender do trecho, que antes das alterações surgidas no final dos anos 70 e ao longo dos 80, a ciência geográfica apresentava uma forma de apreensão do conteúdo da realidade. Ou seja, o geográfico era apreendido mediante elementos da forma que constituíam *o discurso teórico da ciência geográfica*. Em alguns momentos, acusado de incipiente, não resta dúvida que nomes importantes da história do pensamento geográfico deixaram contribuições inestimáveis para a elaboração deste discurso e sua respectiva epistemologia. Mencionem-se aqui nomes como Richard Hartshorne, Maximilian Sorre, Pierre George, entre outros geógrafos que discutiram problemas e questões teóricas e epistemológicas em Geografia.

Por tudo isso, este texto foi escrito por considerar-se que existe algo ainda a ser compreendido quanto à constituição de uma epistemologia para a ciência geográfica à luz dos diferentes fundamentos teóricos que esta, por ventura, possa ter assumido, principalmente nos últimos quarenta anos. Este texto questiona, mais exatamente, o seguinte: a ciência geográfica possui, nos dias de hoje, uma epistemologia? Que tipo de debate epistemológico tem sido feito? É possível afirmar, à luz da produção acadêmica dos últimos vinte ou trinta anos, que esta disciplina possui uma epistemologia que a identifique, que se desdobra em um discurso teórico próprio?

Essas indagações não são inspiradas na necessidade corporativa da existência de uma disciplina, nem na posição de quem defende os saberes disciplinares. O que se quer aqui é indagar se possuímos forma e, com isso, se estamos identificando as geografias constituintes da realidade em geral.

Porém, antes da questão em si mesma acerca dos fundamentos teóricos em geografia, há algo que deve ser enfrentado, sem o que a epistemologia não é possível. Trata-se daquilo que temos chamado de “questão da geografia ou do

geográfico”. Ou seja, antes mesmo de penetrarmos em debates epistemológicos da ciência geográfica à luz de diferentes matrizes teóricas, talvez valesse a pena responder *sob o foco de cada uma das teorias*, o que é identificado como geografia na constituição da realidade, ou mesmo se este aspecto da realidade de fato existe. Em outras palavras, sob o ponto de vista do materialismo, ou da fenomenologia, ou do funcionalismo, ou do neopositivismo etc., a realidade possuiria um fundamento geográfico ou uma determinação geográfica? Se sim, o que é este fundamento e como interpretá-lo? E nesta mesma direção, como é, ou como ficaria, esta geografia em pensamento, ou seja, qual a forma que este conteúdo assumiria, de acordo com diferentes matrizes teóricas? Ou então, para não se esqueça: afirmar *o que é* ou *qual a relevância* de uma epistemologia para a ciência geográfica, passa antes por reconhecer a importância do geográfico como fundamento da realidade. Fundamento que define a realidade como é.

Assim, como foi afirmado acima, antes da necessidade de definição dos termos de um discurso teórico e de uma epistemologia, necessitamos enfrentar que o problema original está no conteúdo da resposta à indagação “o que é geografia?”. Para muitos, esta é uma questão surrada e à medida que o tempo passa menos geógrafos se atrevem a enfrentar essa discussão, muito possivelmente concluindo que anos de polêmica podem, em si e por si mesmo, responder à pergunta. Ou seja, nada se concluiu porque não é possível concluir, a não ser esta mesma impossibilidade. E, assim, ficamos ora com definições individuais, confortáveis a cada um de nós, sendo muitas vezes com fundamentos insuficientes para as afirmações, ora simplesmente vamos da pura e simples proposta de extinção da disciplina a afirmações de que a ciência geográfica é o que seus profissionais fazem dela. Nesta última posição, a afirmação é feita como se isso fosse uma exclusividade da ciência geográfica. Afinal, qual área do saber não se define pela prática de seus respectivos profissionais?

A ciência pode ser vista como um conjunto de procedimentos especificamente definidos. E procedimentos são ações e tarefas práticas. Trata-se da construção de certo tipo de conhecimento, aquele que definimos como científico. Referimo-nos a esse respeito quando falamos da pesquisa. Não que ciência se defina exclusivamente por estas características de ordem prática. Não é isso que está sendo dito aqui, mas certamente podemos apontar que essa é *uma* de suas características fundamentais. Com isso, podemos assegurar que em muito a ciência é o que os cientistas fazem dela. Além do mais, seria exagero acreditarmos numa plena correspondência entre práticas científicas abrigadas institucionalmente sob uma determinada denominação (Biologia, Física, Química etc.) e o conteúdo da realidade cuja denominação identifica. O que os profissionais de uma área do saber fazem em suas pesquisas não está orientado exclusivamente pelas transformações que o conteúdo da realidade correspondente à sua área sofre. Tais práticas e definições de pesquisa recebem também influências de conjunturas institucionais e sociais. Resumindo, o

movimento da realidade nem sempre é acompanhado pela natureza das pesquisas realizadas.

Sobretudo, é necessário observar o propósito *dominante* de um conhecimento dentro de um contexto histórico e social. Qual a razão de sua existência, inclusive institucional. Muito da história e do desenvolvimento da ciência geográfica está ligado a essas últimas observações. E, possivelmente, este aspecto marcou mais a sua história que as polêmicas e discussões em torno do que é geografia como dado do real, ou sobre seus fundamentos teóricos. Isso, em grande medida (mas não exclusivamente), explicaria sua esquizofrenia em termos de práticas e competências. Resumindo: indaguemos para o que serve a ciência geográfica em diferentes sociedades, em diferentes contextos históricos. E, caso esta resposta seja marcada por sentidos que não ultrapassam os muros da universidade, então estamos diante de um conhecimento que necessita tornar para si consciente seu compromisso político. Porque tal compromisso existe, independente se aquele que produz o discurso é consciente dele.

Portanto, afirmar que a ciência geográfica é o que os geógrafos fazem dela, revela-se uma maneira cômoda e diplomática de aceitar as diversas práticas abrigadas sob a instituição “científica da geografia”, fugindo, com isso, do debate necessário.

Agora, observemos este debate sob outro ângulo. Perguntemos o que é História? Os historiadores divergem sobre o que ela vem a ser. E o fazem polemizando isso em diferentes teorias interpretativas. Todavia, apesar destas orientarem a pesquisa em história, o fato é que elas não estão discutindo uma disciplina acadêmica chamada História. Mas, é exatamente isso que queremos apontar na medida em que se faz um paralelo com a história: quando perguntamos o que é geografia, respondemos o que é a ciência geográfica, e, portanto, a resposta acaba sendo elaborada da maneira confusa que conhecemos. Quando em verdade deveríamos responder a essa questão apontando que a geografia é um *fundamento da realidade*. Por tudo isso, propomos reformular aqui a pergunta “o que é geografia”, para “o que é o geográfico”.

A geografia ou o geográfico, enquanto fundamento, é algo que se estabelece a partir da relação sociedade/natureza. Ou seja, tanto no sujeito como no objeto a relação entre sociedade e natureza se traduz numa ordem espaço-temporal dos elementos que resultam da relação. Quando a relação ocorre, uma determinação fundamental da existência ganha sentido em ato e potência. Surge a ordem tópica da e na existência humana. E esta determinação se explicita quando fazemos a pergunta cardinal: onde? O que significa afirmar que, a partir daí, a localização das coisas em geral não serão aleatórias, obedecerão a um motivo. E, quando algo se localiza, o faz em relação a outros, assim, a localização nos remete à distribuição. E nesta uns em relação aos outros estarão mais ou menos distanciados, eis a noção de distância. Distâncias maiores e menores nos permitem falar em densidade que, sendo maiores ou menores, significam maior ou menor número de elementos implicados, e, a

possibilidade de um conjunto desses se relacionar com outro pode nos remeter à noção de escala. Eis os princípios cuja síntese estabelece o geográfico: Localização, Distribuição, Distância, Densidade, Escala. Em outras palavras, podemos afirmar que é por meio da síntese destes que o geográfico se estabelece.

Aspecto que, mesmo não identificado com o nome “geografia”, surge como dimensão da sobrevivência/existência dos homens e da sociedade em uma perspectiva objetiva. E mesmo subjetiva, pois ninguém sabe de si ou realmente responde à pergunta “quem sou eu?”, se não souber “onde está”. A consciência geográfica passa por entender esta determinação geográfica da existência.

E o *onde* só é identificável diante do *quando*, ou seja, o onde em um dado momento. E este último é um equilíbrio tenso de relações, que, ao se romper, verifica-se a História, enquanto sucessivas objetivações/subjetivações assumidas por esta relação sociedade/natureza na forma de geografias.

Resumindo: a sociedade, ao se apropriar da natureza, imprime sobre esta objetividade uma ordem que é expressa pelos princípios geográficos. E a natureza apropriada converte-se em *meio geográfico*, a partir daí, a relação passa a ser sociedade/meio geográfico. Na verdade, o processo de subjetivação/objetivação na construção do meio geográfico se realiza mediante os princípios geográficos enquanto dimensão do existir, tanto do sujeito quanto do objeto, consubstanciando um processo de totalização. Eis o geográfico, como expressão da existência da totalidade. E entre a geografia do homem e a do meio se constroem as mútuas determinações geográficas na relação objetivação/subjetivação.

Quanto aos sujeitos, apreendem isso mediante a possibilidade do entendimento dado pelas noções de espaço e tempo. Onde estão as coisas e por que elas estão lá? Por que estou aqui, e não ali? A consciência se forma, o mapa pode ser criado e por este motivo se ensina geografia - a educação da consciência geográfica.

Diante dessas afirmações, podemos concluir que a geografia nesta condição de categoria da existência precede a formação do saber disciplinar a ela relacionado. Chame-se como for - geografia ou qualquer outra palavra -, a geografia é presente em toda sociedade, em todo o existir humano, assim como o saber geográfico que acompanha essa presença e esse existir.

Outra conclusão possível é o fato de que, da mesma forma que a história, a geografia assim designada é mais ampla que qualquer saber disciplinar específico. Dar conta do geográfico ou do histórico, que são presentes e são fundamento da realidade, nos remete à necessidade de apresentarmos as limitações da ordem assumida dos saberes disciplinares que hoje são vigentes. Esse desafio está anunciado no *princípio hologeico*, de Ratzel; no *princípio de conexão*, de Jean Brunhes; nas *combinações e complexidade dos fatos geográficos*, de Cholley; ou, ainda, no *princípio de causalidade associada à relação e conexão*, sugerido por Derruau, assim como em outros.

Antes de nos assustarmos com o peso da responsabilidade posta por tais princípios, é bom que se diga que o solicitado não é um saber enciclopédico, e sim

domínio sobre o entendimento da dinâmica das *relações*. A questão, portanto, é *olhar para a relação e para como elas se dão*. Voltaremos a isso posteriormente.

Dito isso, voltemos a nos concentrar na questão que aqui nos guia, a saber, se a ciência geográfica possui atualmente uma epistemologia, independente da posição teórica que se tenha dentro dela.

Mas, onde, nestes últimos vinte ou trinta anos, encontramos a maior concentração de reflexões teóricas de um suposto discurso geográfico? Resposta: no debate sobre o espaço, a tal ponto que se reivindica que é ele, o espaço, a resposta preciosa da torturante pergunta “qual é o objeto da ciência geográfica”. É certo que esta posição foi aos poucos amadurecendo no desenvolvimento da ciência geográfica, veja-se, por exemplo, a importância dada a esta categoria por Max. Sorre e Pierre George. Mas o fato é que, a partir do fim da década de 70 e início da de 80 o espaço foi colocado na condição direta de ser o objeto da ciência geográfica, tendo, para isso, assumido a condição de ser a própria realidade em sua “materialidade”. E foi nele que se desdobraram as formulações teóricas, entre as quais, principalmente as inspiradas no marxismo. Matéria, materialidade, objeto, objetivo e empírico se confundem aqui de forma imprópria, mas, fato é que, tirando a posição da geografia humanista, a ciência geográfica é uma disciplina que se debruça especialmente sobre objetividades.

Se, de outro lado, em outras posições não era ele espaço o objeto da ciência geográfica, ao menos é certo dizer que o maior esforço empreendido a partir daí era desvendar sua dinâmica. Situação que permitiu a Armando Correa da Silva supor uma “ontologia do espaço”³. De algumas décadas para cá, esta posição se consolidou como sendo a questão central desse lado humano da geografia. Emergiu como elemento central a ser discutido e sobre ele são elaboradas as formulações teóricas, as chamadas teorias do espaço.

Mas, por que as coisas assim se estabeleceram, ou seja, por que os desdobramentos teóricos da ciência geográfica concluíram que o espaço era o seu objeto? E quando se chegou a este ponto, sabíamos o que era espaço? Quais fundamentos teóricos foram efetivamente criticados? A denúncia de uma disciplina descritiva e empiricista, não é suficiente para construirmos uma nova epistemologia. Em outras palavras: a disciplina era (e ainda é) uma profusão diversa de práticas e competências e, nesta situação confusa, o espaço vira o foco das atenções e se estabelece, a partir daí, sua definição, principalmente, aos moldes da economia política. Assim, o espaço era o dado da realidade a ser discutido e, enquanto isso, a ciência geografia era uma miríade de práticas e competências.

³É uma preocupação que ocupava Armando desde 1972, como vemos expresso no texto de 1975, denominado *Espaço Geográfico como Totalidade*, publicado na coletânea *O Espaço fora do Lugar*, do mesmo autor.

Como dito, o espaço passa a ser a própria realidade. E alguns autores não geógrafos já vinham se ocupando dele. Era o caso de Alan Lepietz, Manuel Castels, Henri Lefebvre⁴, entre outros. Portanto, nada mais satisfatório que tomá-los como referência e, a partir daí, serem as principais contribuições teóricas, referenciando mediante isso algumas pesquisas e práticas em geografia. Importante lembrar, todavia, que esses autores e suas ricas formulações não baseavam suas análises e considerações em uma epistemologia de natureza geográfica, afinal, não eram geógrafos, assim, sobretudo, *não pensavam em geografia*. Mas será que isso tem alguma importância para a ciência geográfica? Será que tivemos que olhar para autores não geógrafos para vermos o que a ciência geográfica devia ter para si? Ao transpormos referências teóricas de autores não geógrafos, o que acontece ou aconteceu com o pensamento geográfico?

A tradição epistemológica anterior a esse momento não era das mais fortes, mas o que sobreveio, muito mais que criticou e transformou, aniquilou as teses anteriores. Em alguns casos, os elementos teóricos fornecidos, por exemplo, pelo marxismo, literalmente substituíram os fundamentos epistemológicos anteriores, a tal ponto que quase tornou irreconhecível uma forma geográfica em tais trabalhos. Um exemplo disso foi a geografia agrária. Sobre o seu discurso, fugidia e brevemente, a palavra território surgiu, mas ficamos por aí. O resto era nos debruçarmos sobre a penetração e as transformações que o modo de produção capitalista opera na realidade agrária do campo⁵, mas, principalmente, qual o destino do campesinato, se extinguiria ou não. Um debate importante, sem dúvida. E uma grande quantidade de energia intelectual foi e é empregada nesta questão. Afora outras que derivam dela. Entretanto, a geografia agrária é um capítulo à parte, uma vez que teríamos que ir até Alexandre Chayanov e José de Souza Martins, etc. Isto merece um trabalho exclusivo. Não caberá aqui, no futuro sim. De toda a sorte, fica a pergunta: sabemos quais são as características que constituem a geografia da realidade agrária brasileira? E qual seria a importância desta pergunta?

De volta à epistemologia, podemos dizer que a exceção talvez fosse Milton Santos. Atento à importância de uma epistemologia para a ciência geográfica, mantinha diálogo fértil com esta. Seguindo tradições, principalmente de Tricard, Sorre, Pierre George, explicita que seu projeto e objeto são o espaço e sua constituição. Entre fluxos e fixos, entre circuito inferior e superior, entre a extraordinária noção de meio técnico-científico e a noção de região concentrada,

⁴ Aliás, o próprio Marx não escapou de ser investigado. Uns foram em busca de sua discussão sobre espaço e outros disseram que ele negligenciou o espaço. Pelo sim, pelo não, o fato é que supostamente todo mundo sabia certamente o que era espaço. Talvez, valesse à pena lembrar aos investigadores como Soja e Lacoste que: 1) História não é sinônimo de tempo, e nem espaço sinônimo de geografia; 2) Marx não privilegiou o tempo ou espaço, mas sim o *Movimento*.

⁵ Muito perto disso, está também uma preocupação apaixonada pela natureza do processo de amadurecimento do capitalismo no Brasil, mais exatamente das características do Brasil pré-capitalista e como se dá o amadurecimento na direção das forças produtivas dentro de um contexto urbano industrial. Um debate rico em história econômica.

elementos para uma epistemologia da ciência geográfica estão lançados. Mas, façamos o seguinte questionamento: entre seus trabalhos principais encontramos um intitulado *A Natureza do Espaço*, e, sendo assim, poderia esta obra ser chamada de *A Natureza da Geografia*? Talvez não, posto que, segundo se pode supor, é a geografia que estuda o espaço, daí que a geografia era a forma e o espaço era o conteúdo. Ou seja, isso reforça a ideia de que falar de geografia era designar uma disciplina, como outras (mesmo que mergulhada em eterna inconsistência de identidade), e o espaço é a realidade, o seu objeto, portanto. Mas o principal talvez não seja isso, e sim em que medida a riqueza do pensamento deste autor não está sendo reduzida a uma “economia espacial”. Num contexto em que parecem ser raras as formulações teóricas sedimentadas sobre uma epistemologia que reflita o geográfico do mundo, Milton Santos é conduzido quase à condição exclusiva de visão única sobre a realidade. Nenhum autor pode ter a condição de ser único na explicação da realidade, no nosso caso, a geografia do mundo.

Assim, no quadro das transformações que ocorreram, o objetivo era reorientar a compreensão da realidade mediante novos fundamentos teóricos. Era a tarefa a ser cumprida. E o que se esperava é que a epistemologia estivesse juntamente nesta empreitada, melhorando a nossa capacidade de refletir o conteúdo e, por conseguinte, a forma de pensá-lo.

E isto significa, entre outros aspectos, por exemplo, traduzir o geográfico em suas diferentes categorias. Ou será que posso falar de geografias empregando exclusivamente a categoria espaço?

Vejamos um exemplo. O espaço geográfico e sua interpretação marxista, ou o espaço pelo viés da geografia. Mas o marxismo permite um viés da geografia? Existe isso? Se não existir, não podemos designar de geográfico o espaço. Como ficam as outras categorias, tais como região, paisagem, território, lugar, área, habitat, etc.? Não são estas as categorias do discurso geográfico? Não são elas, bem como eventualmente outras que, como diria Armando Correa da Silva “(...) definem o objeto da Geografia *em seu relacionamento*” (SILVA, 1986, p. 28-29). Ou Armando estava errado, pois o marxismo só permite a existência da história e o viés histórico, posto que a história é fundamento do real, e a geografia é uma disciplina como a sociologia, a antropologia etc.? O que é a história do materialismo histórico e dialético? Uma disciplina acadêmica? Evidentemente que não. E, ao nosso ver, Armando estava correto. Além de tudo, parece perdurar aqui um paradoxo um tanto frágil. Se afirmo o marxismo como postura teórica, como podemos sustentar a existência de disciplinas, no caso específico a ciência geográfica? Este é o cenário precário de quem começa a discussão pelo problema epistemológico de identidade disciplinar. Nesse quadro, por vezes encontramos aquela situação na qual uns se afirmam marxistas geógrafos e outros geógrafos marxistas.

Mas, se *não* for certo dizer que a geografia seja apenas uma disciplina confusa em sua identidade, e sim algo que precede a existência deste saber disciplinar, quais alterações podemos esperar nos fundamentos epistemológicos?

Primeiro é necessário que esta forma epistemológica encontre seu equivalente ontológico no conteúdo da realidade. E esta operação só se fará possível quando reconhecermos que, além de ser um fundamento do real (tanto quanto o histórico), a geografia não é sinônimo de espaço, e sim ele, o espaço, é um dado do geográfico.

Há outro aspecto sumamente importante nesse processo: descontando as arbitrariedades por parte do sujeito em definir o espaço como objeto da geografia⁶, como podemos reduzir o objeto desta disciplina a uma única categoria? Ou seja, para tomarmos o paralelo com a história mais uma vez, os historiadores não têm no tempo o objeto da ciência da história. Podem até discutir as diferentes temporalidades. Mas, o tempo aí é adjetivo de processos, ou da sucessão de fatos, ou seja, a forma que os historiadores dizem o que é história. E, certamente, a história é muito mais que o tempo. Assim como a história, não pertence e nem se restringe aos historiadores como fundamento da realidade. Idem para a geografia. A geografia não pode ser exclusividade dos geógrafos. Todo aquele que se ocupa em compreender diferentes realidades em diferentes dimensões terá necessariamente que considerar a história e a geografia, não importando aqui se estamos falando de historiadores, sociólogos, antropólogos ou o que for.

Mas por que nós geógrafos fizemos isso? Porque nos reduzimos ao espaço, em outros casos à paisagem, ou ainda, à região, ao território, ou ao lugar. Que diferenças significativas existiriam entre essas posturas?

Somos fruto da história da definição corporativa de disciplinas, da constituição de uma ordem de saberes com propósitos muito claros⁷. Somemos a isso os problemas entre estudos em humanidades (homem e sociedade) e a necessidade de cientificidade, onde aqui se herda em raízes muito fundas os elementos teóricos das ciências da natureza. Considerando tudo isso e a situação específica da ciência geográfica em cada contexto nacional, chegaremos ao ponto no qual estamos. Se olhar aqui foi para o passado, a preocupação principal, entretanto, é com o hoje. Qual o papel da ciência geográfica hoje? A que determinações a ciência geográfica tem obedecido no seu desenvolvimento?

No que diz respeito aos fundamentos teóricos herdados, perdura a tradição cartesiana, se não totalmente pela perspectiva quantitativa, mas fundamentalmente ao seguirmos dando materialidade àquilo que é a propriedade referente à existência da própria matéria⁸. Confundimos uma coisa com outra, matéria com espaço. Na

⁶Como observa Douglas Santos no seu trabalho “Um Objeto para a Geografia: sobre as armadilhas que construímos e o que fazer com elas.” *In*: Terra Livre, n. 30, janeiro-julho 2008, Associação dos Geógrafos Brasileiros.

⁷ Leia-se aqui o trabalho intitulado “Comissão Gulbenkian- Para Abrir as Ciências Sociais”, São Paulo: editora Cortez, 1996.

⁸Para mais detalhes ver Martins, Elvio R. “O Fundamento Geográfico do Ser”, GEOUSP n°. 21

história, o historiador não faz isso em princípio, pois, na concepção dominante herdada, o tempo não tem materialidade, só o espaço, já que podemos até mesmo vê-lo ou produzi-lo. Esta ligação entre espaço e matéria é uma tradição antiga na geografia, e tem fundas raízes no pensamento ocidental. Talvez até explique por que, afinal, o espaço se tornou objeto desta ciência. A raiz disso não é Kant, como muitos poderiam até supor, mas Descartes, ou mesmo antes encontramos indícios desta posição, em Aristóteles e sua ideia de corpo-continente. Da filosofia para a ciência, mais exatamente passando pela física, esta noção se tornou hegemônica, consubstanciando uma visão de mundo muito própria a um saber que dará acento prioritário a uma perspectiva quantitativa da realidade: a ciência moderna.

Em verdade, este espaço dito material, quando demonstrado em sua constituição, revela a essência da natureza transformada e apropriada pela sociedade. Aquilo que, confortavelmente, chamamos de segunda natureza. Uma designação precária, à qual não cabe aqui maiores críticas, apenas basta lembrar, repercutindo Marx, que toda a natureza é construção social e, portanto, toda ela é socialmente apreendida, suposta, designada e produzida, já que o pensamento também é algo produzido.

Então, estas naturezas “de primeira” e “de segunda” seriam, respectivamente, os espaços da geografia física e da geografia humana. Na ciência geográfica, espaço é sinônimo de natureza e, se for apropriada ou não, converte-se em objeto ou da geografia física ou da geografia humana.

O debate sobre a Natureza e seus desdobramentos nos últimos anos na ciência geográfica é mais um dos aspectos que mereceriam um texto à parte. Por hora, basta considerar que amadurecemos ao observarmos que natureza é um conceito socialmente produzido e absorvemos a relação indissociável entre cultura e natureza, Mas quão verdadeiramente foi o impacto dessas conclusões sobre a epistemologia da ciência geográfica?

E quando este debate ocorre, ficam guardadas no escaninho “discussões teóricas em geografia”. Aliás, diga-se de passagem, isso acontece de uma maneira geral. Debates epistemológicos da disciplina viraram “especialidade”, junto com a história do pensamento geográfico, ou seja, só tem interesse para os “especialistas em teoria”, o que chamamos de “especialistas de coisa - nenhuma”. Para completar esse cenário, há um claro despropósito em tais pesquisas. Ao questionarmos qual a razão que conduz a pesquisa em história do pensamento geográfico ou temas teóricos específicos, não encontramos resposta. Há uma ausência profunda de compromisso político de quem se empenha nestes temas, revelando-se um exercício diletante ou de colecionar fatos, passagens, influências sem qualquer propósito com o desenvolvimento da capacidade que a ciência geográfica deva ter em absorver e analisar a complexidade do mundo contemporâneo. O sentido, a razão, o propósito da pesquisa teórica em geografia ou os estudos de história do pensamento geográfico são endógenos no seu sentido e importância. Só são importantes para si mesmos. Uma coleção erudita de temas, mas vazia no seu propósito. Se em épocas passadas a ciência geográfica se caracterizava pela fraqueza teórica, este diagnóstico

estava relacionado com sua debilidade em compreender as realidades em geral. Mas, e hoje? O significa estes debates teóricos e os estudos da história do pensamento geográfico? O que eles fazem por superar a nossa debilidade histórica?

Voltemos ao problema do espaço. Mas por que um sim e outro não? Por que o espaço tem materialidade e o tempo não? Isso representa uma concepção de mundo, de como vemos as coisas. Não esqueçamos, *concepção*, aí mencionada, é coisa do pensamento. Portanto, o que aqui estamos discutindo são aspectos referentes à forma do pensamento.

Mas se não houver sobreposição entre matéria, tempo e espaço, vamos ao encontro da possibilidade de entender o espaço, bem como o tempo, as formas elementares da existência da matéria. Esta mesma matéria que se converte em objeto na medida em que é apropriada pelo sujeito. Assim, a materialidade do mundo em sua objetividade consagrada na relação com o sujeito, é apreendida pelo sujeito já como ordem tópica. Dessa forma, podemos dizer que o espaço constitui a objetividade da matéria.

Todavia, a existência define o que são as coisas. É pelo menos a posição de que a existência precede a essência. *E existência é a trama de relações, e esta é estrutura, que é ordem, de uma duração/sucessão dos elementos que coabitam e se relacionam: temos aí Espaço/Tempo. E é na estrutura ordenada das relações que a forma se designa e, a partir daí, ganha feição a Lógica.* Portanto, para que eu saiba o que as coisas são, devo saber de sua existência, de suas categorias e respectiva articulação. Mas, em pensamento, como tudo isso fica? Todos os clássicos problemas epistemológicos neste momento estão de volta, tais como: *o que é aparente à percepção e o quanto a partir do aparente posso saber da realidade.* É o movimento do abstrato ao concreto. O momento imediato da apreensão da existência e o de sua apreensão mediata; a disposição de sua ordem de relações com outros elementos; a processualidade que é o movimento da existência e assim por diante. Do fenômeno à sua essência.

Cabem aqui outras perguntas: será que do abstrato ao concreto, do fenômeno à essência, a noção de espaço é a mesma? O tempo nunca nos é dado como tempo, ele nos é dado na experiência e na existência como duração, sucessão, permanência, ritmo etc. São sempre tempos de algo, a saber, do *movimento* da matéria. E da mesma forma o espaço, ele nos chega na forma de território, região, área, paisagem etc. É importantíssimo também dizer que, *em pensamento, a existência da coisa se revela como entendimento mediante a Lógica.* Sem esta não podemos entender nada do mundo, posto que o pensamento tornar-se-ia disforme e, portanto, nada refletiria da apreensão do conteúdo da realidade.

O assim chamado espaço geográfico, que um dia já foi designado de vital, como tê-lo em pensamento? Sua natureza, a “natureza do espaço”, é para o pensamento exatamente o quê? O pensamento o toma para si de que maneira? Os espaços de localização e de relação de Pierre George, os humanizados de Max. Sorre, por exemplo, são todas formulações extremamente interessantes, todavia, revelam em

pensamento somente uma dimensão de entendimento da realidade, aquele que se fundamenta na lógica formal.

Além de ser tomado em sua objetividade como algo produzido, necessitamos vê-lo agora como produzido no plano da subjetividade e, assim, perceber que ele fundamenta uma forma de como concebemos as coisas no mundo.

É nesse momento que a lógica encontra o entendimento e requer os procedimentos para a compreensão do mundo. O pensamento entra em ação com suas armas e opera a reflexão do mundo para o sujeito e, com isso, vai construindo o pensamento. O pensamento se estabelece em juízos sucessivos e coerentes. Coerência essa que representa por inteiro as partes e suas propriedades fundantes nas suas tramas complexas, que por inteiro nos remetem à totalidade. Da análise à síntese, do todo às partes e, posteriormente, de volta ao todo. No centro disso tudo nasce o pensamento ordenado. Mas o que funda sua ordem? A lógica. E como a lógica se explicita? Pela sintaxe interna do pensamento, buscando ser reflexo da cadeia de interações que compõe as relações das coisas em geral no mundo. Entre sujeitos e predicados, entre identidades e diferenças, o mundo vai sendo lido. Estas coisas que *aí estão* no mundo só por estarem são, e o estar é estar aí posto diante de mim e não se confunde comigo. Um *aí*, que não é um *aqui*, e por ser diferente me remete a admitir, pela negação de mim, que está aí e, portanto, existe. Aí e aqui: espaço, aquilo que o pensamento tem para si, que é condição indiscernível sua, para que ele, pensamento, se realize. O pensamento é pensamento de algo que não é ele mesmo, uma vez que ele, pensamento, é um *aqui* e está pensando em um *aí*. Um aqui, corpo que não se confunde com o aqui posto que o aqui o contém, ou seja, o corpo *no* espaço. O espaço é do corpo, mas não se confunde com este corpo. Depende dele, mas são dois, e não um. Um corpo não *é* sua existência, e sim, *é* em função de sua existência. Um aí ao lado de outro e de outros. O que se localiza, o faz pela relação com outro, portanto, o pensamento pensa distribuição. Assim, o pensamento para se realizar, para ser pensamento de algo, tem que tomar as coisas espacialmente, ou seja, *o pensamento quando pensa, pensa espacialmente*. Seguiríamos o mesmo caminho acima para falar do tempo.

Milton Santos, corrigindo Hägerstrand, escreveu que “(...) segundo o geógrafo sueco, a ação é ação em uma paisagem e é a paisagem que dá forma à ação. Mas onde Hägerstrand escreve paisagem, teríamos escrito espaço” (SANTOS,1996, p. 75). E onde Milton Santos escreve espaço teríamos escrito *meio, meio geográfico* como nos sugeriu Albert Demangeon. *E é esta exatamente a grande questão aqui, ou seja, o que falta é entender que o espaço não possui materialidade, o que não significa dizer que ele não possui objetividade*. Nesta condição de ter objetividade, faz reunir a necessidade de ver sua dimensão subjetiva equivalente, posto que a objetividade não é nada sem a subjetividade e vice-versa. Ou seja, o objeto diante do sujeito se firma em sua objetividade mediante sua existência (de objeto), o que só é

possível pela equivalente existência dele sujeito, que põe o objeto em sua objetividade para a consciência. E é aqui que entram em cena as categorias de espaço, tempo e movimento. Pois, *o que é condição de existência no objeto, no sujeito é condição de entendimento*, uma vez que este último tem para si o que é do outro, pondo a si mesmo como ente existente. E isto o remete (o espaço) a outra posição no debate epistemológico e ontológico. Essa posição é a de que uma coisa são os aspectos sobre a matéria apropriada (e matéria apropriada já não pode ser dita apenas assim, ou seja, deixa de ser pura abstração posta pela ideia e passa a ser designada enquanto conceito, portanto, já é Natureza) - que é a contribuição fundamental dos geógrafos Milton Santos, Ruy Moreira, Pierre George, Max. Sorre e outros - e outra é sobre o espaço, que além de ser “ordem da coexistência”⁹ desta “matéria apropriada”, é também (passa a ser) fundamento do pensamento. Uma vez que a ordem é posta na natureza, ela é simultaneamente posta no pensamento, por este motivo se constrói a lógica.

E, assim, a epistemologia não está em exclusivamente redefinir as dinâmicas do meio geográfico, algo, sem dúvida, necessário e fundamental (para dizer o mínimo), mas em observar os fundamentos epistemológicos que farão por construir o real em pensamento, ou seja, a compreensão da metamorfose do meio geográfico, a necessidade de entender o movimento da geografia. Eis a geografia em pensamento.

A sugestão aqui apresentada é a de que há uma estreita relação entre lógica e espaço, e para cada tipo de lógica encontramos um espaço equivalente. Ou, ainda, cada concepção de mundo envolve uma racionalidade específica e, conseqüentemente, um tipo de espaço e tempo a ela equivalente. Na verdade, não há um ato de pensar que não considere espaço e tempo, ou seja, espaço e tempo são constitutivos do pensamento¹⁰. Então, se insistimos em sobrepor matéria e espaço, como se fossem uma coisa só, conforme se observa regularmente na ciência geográfica, tendemos, com isso, a nunca vê-lo como forma e, assim, nunca enfrentaremos sua discussão do ponto de vista do pensamento. Ficamos ligados apenas ao conteúdo, e ainda de forma equivocada, devido à confusão entre materialidade e objetividade.

⁹ Co-existência é o fundamento da “relatividade” e da “distribuição”.

¹⁰ Na verdade, arriscaríamos uma hipótese a ser mais bem verificada. Trata-se de uma constatação simples, mas pode nos levar à conclusão da estreita relação entre lógica e formas do pensamento, pensar espaço/tempo. Todo o silogismo, de forma explícita ou implícita, se ancora num fundamento espaço-temporal, posto que a própria linguagem que o anuncia conjuga o verbo a partir de tais noções. Quando digo “todos os cavalos são brancos, este animal é um cavalo, portanto sua cor é branca”, observamos o verbo “ser” e o verbo “estar” a partir da preposição “este”, donde se tem a noção de tempo (no caso, o presente) e a noção de espaço (no caso “este” aqui, que está aí ou ali.). Talvez a razão fundamental da relação entre o silogismo lógico e a noção do espaço-tempo seja o fato de que quando a forma remete ao conteúdo este possui (por ser existente) a espaço-temporalidade. Mesmo quando a lógica escorrega para o puro exercício coerente da forma, ela, a forma, e conseqüentemente, a própria lógica, só se realiza e ganha sentido quando toma contato com o conteúdo. Isso no plano da lógica formal. Mas isso merece ser mais detalhadamente analisado à luz da análise dos tratados de lógica e aprofundamento de reflexão futura.

Causas e consequências, identidades, similaridades, diferenças e contradições são coisas do pensamento, pois são aspectos da realidade, do conteúdo. Mas apreendo o mundo em sua totalidade, de imediato, com todas essas propriedades? Ou seja, quando descrevo, posso ordenar logicamente o pensamento da mesma forma quando eu o explico? E quanto ao espaço, temos sempre as mesmas noções entre descrição e explicação? E entre quantidade e qualidade, quais são as noções equivalentes de espaço, ou será a mesma noção? E quando apreendo o mundo do ponto de vista de suas características universais, particulares e singulares, como fica a noção de espaço diante disto? Entre a lógica que firma a noção tautológica de $A=A$, e aquela que estabelece $A \neq A$, será que a noção de espaço ainda é a mesma? Enfim, existe alguma ponte entre as categorias de *espaço*, *tempo*, *relação* e *movimento* com o silogismo lógico? Por tudo isso, perguntamos se realmente temos uma epistemologia que dê conta do geográfico, ou mesmo uma linguagem sistematizada que dê conta do mesmo.

Temos a cartografia e sua tradição temática e sistemática. Lá reside uma noção de espaço, isso com certeza sabemos. Por exemplo, Sorre nos fala do espaço geodésico (SORRE, 1957, p. 91) como a *primeira* noção a ser tomada para irmos em direção à conclusão do que vem a ser ou constituir o espaço geográfico. O espaço geodésico é o espaço das localizações e distribuições astronômicas. Trata-se da geometria analítica estabelecida em Descartes, ou seja, do plano cartesiano do par ordenado (x, y) . Neste espaço, os aspectos fundamentalmente quantitativos da realidade são definidos. É o espaço da descrição, das medidas quantitativas, dividido em áreas, estabelecido em projeções cônicas ou cilíndricas. Elementos, enfim, da geometria plana, espacial e analítica. Além da cartografia, esta noção de espaço se presta perfeitamente para classificações, como vemos sugerido nos neopositivistas da geografia. Observe-se o que diz David Grigg no seu trabalho *Região, Modelos e Classes*: “O argumento, pois, é que as regiões são classes de áreas e podemos ver, portanto, uma analogia entre as normas básicas da lógica formal e os métodos usados habitualmente pelos geógrafos na regionalização” (CHORLEY & HAGGETT, 1974, p. 41)

Ali, a lógica formal é explicitamente assumida e o sistema de agrupamento e classificação encaminha a compreensão do espaço. A coerência aí é plena e sólida, da mesma forma quanto ao que é sugerido para a definição de regiões. Figuras geométricas, como pentágonos e hexágonos, são convidados a definir perfis regionais. Aqui é absolutamente transparente a relação entre lógica e espaço. E para aqueles que acham que a forma molda o conteúdo, esta posição garante segurança lógica e atende aos caros quesitos do pensamento científico tradicional, como objetividade e universalidade.

Todavia, para aqueles que acham que o processo de entendimento da realidade não para por aí e que não entendem ciência como sinônimo de conceitos universais e objetivos, assim como acreditam que a forma se molda a partir do conteúdo, a situação revela outros desafios. Ou seja, se a descrição que se candidata a ser

elemento do método está no plano predominante (não exclusivo) da quantificação e, com isso, apela para uma noção equivalente de espaço, como fica a entrada em cena da qualidade, ou seja, de quando as essências do conteúdo se apresentam? “Algo é o que é por sua qualidade; e, ao perder sua qualidade, deixa de ser o que é” (HEGEL, 1995, v.1. p. 186).

Ressalte-se, entretanto, que a sugestão de Sorre não deve ser descartada, ou seja, o espaço geodésico consagra o início de tudo. E início de tudo em geografia significa responder de forma simples, porém, exata, a pergunta *onde?* Esta é a ponta do fio da meada que nos levará as complexas tramas da existência que a geografia contém e a ciência geográfica deve buscar desvendar. Ou seja, sem uma corologia inicial, não poderemos falar de geografia. É o *princípio da extensão* sugerido por Max. Derruau(1964).

Posto que, a partir disso nosso pensamento e percepção já estão configurados numa perspectiva espacial de um dado momento, nesse sentido, mediante este início, desdobra-se progressivamente a complexidade epistemológica do pensamento do espaço e do tempo. Estes que são, respectivamente, a ordem das coexistências presentes no meio geográfico num certo *momento* tenso de equilíbrio entre durações descontínuas estabelecidas entre as partes em relação. É de quando as distâncias dos elementos que coexistem não são medidas mais por dimensões quantitativas, ou seja, estar perto ou longe depende da intensidade qualitativa da relação que é codeterminante das partes envolvidas, portanto, de mútua negação. A trama de relações aí, de coexistência e codeterminação, é a estrutura instável de ordem/desordem (dando origem ao tempo geográfico, na disposição de ritmo/duração/permanência/sucessão) de extensão determinada, que não é outra coisa que as metamorfoses sofridas pelo espaço frente ao movimento da matéria, que neste caso já é natureza. E é, portanto, nesse contexto que a existência se dá, pois as relações aí anunciadas de mútua negação levam ao movimento do ser e do não ser. E existência é isso mesmo: ser deixando de ser, sempre.

A qualidade está na essência do ser, ou seja, no concreto e, portanto, a lógica tem que refletir isso. Lógica Concreta. Por esse caminho vamos até a necessidade de elaborarmos o discurso geográfico e suas possíveis linguagens. E caminho, aqui, é reconhecer e entender a passagem complementar do espaço e tempo absolutos para a noção de espaço e tempo relativos.

Assim, se vale a premissa de que temos que ir do abstrato ao concreto, e de que no concreto revelamos a contradição presente na essência, então, como fica este percurso quando a questão é conhecer a geografia da realidade? Se a geografia é processo, quais as categorias que a constituem? Enfim, como se configura a geografia em pensamento?

Para concluir, cabem ainda mais algumas indagações. Este último questionamento representa aquilo que há de mais fundamental dentro de toda esta polêmica estabelecida entre o processo geográfico e sua leitura, nos termos de uma

respectiva epistemologia. Refere-se ao fato de nos indagarmos sobre *qual a importância disso tudo. O que ganhamos com uma epistemologia que dê conta da geografia e seu processo?* Ou ainda, o que significa, ou qual a importância, de se ter a geografia em pensamento?

Fruto da interação/relação/apropriação objetiva e subjetiva entre sociedade e natureza, a geografia, tanto quanto a história, deve ser assegurada na sua condição transdisciplinar (ou mesmo indisciplinar). E isso nos coloca frente à necessidade de afirmar que qualquer pretensão de responder à pergunta ontológica sobre o ser do homem, necessariamente terá de constituir um conhecimento de natureza geográfica e histórica. Não cabe para este intento saberes disciplinares corporativa e institucionalmente divididos¹¹. Na verdade, o geográfico remete, para sua compreensão e entendimento, a um questionamento da ordem do saber e sua divisão disciplinar. Não se trata de afirmar um saber pretensioso ou um saber mais modesto, como nos falava Lucien Febvre a propósito do projeto ratzeliano estabelecido em sua antropogeografia. A necessidade do conjunto de todos os conhecimentos sempre foi a armadilha na qual muitos geógrafos caíram quando tentavam enfrentar as várias faces do saber geográfico. Ainda hoje restam reminiscências desse raciocínio. Mais claramente expondo, dir-se-ia que um trabalho verdadeiramente geográfico é aquele que seria capaz, por exemplo, de tratar de intemperismo químico, renda da terra, movimento de Coriolis, mais luta de classes etc. Ou seja, saber enciclopédico. Prontamente, manifestam-se as denúncias da impossibilidade de tal empreendimento. O que assusta neste caso, é que o tempo passa e o argumento permanece, a questão não amadurece e o equívoco se sustenta. Sob muitos aspectos, diga-se de passagem, isso é exemplo de quanto o debate epistemológico na ciência geográfica está confuso ou estagnado.

Portanto, para longe deste enalche, voltemos à questão apontada anteriormente: necessitamos olhar para a *relação* e não para a soma de todos os conhecimentos. O que significa isso? Significa saber como os elementos presentes na realidade, ao se relacionarem, cumprem papéis de determinação no processo geográfico, uma vez que a geografia é resultado de todos os elementos interagindo na relação. OEm todo o tempo, a questão aqui é relação. Relação entre os homens, relação dos homens em sociedade com a natureza e relação entre os lugares. Ou seja, o que aqui está em questão é o *todo* e sua natureza, ou seja, a totalidade. Velha preocupação da geografia, hoje um tanto enfraquecida.

Portanto, a questão da totalidade é uma necessidade inescapável. E encarar a questão da totalidade passa pelo menos por três quesitos básicos: a) ter o máximo de cuidado em identificar as partes; b) conhecer e reconhecer que as relações entre as partes são de naturezas distintas, portanto, que cada relação em sua natureza intrínseca depende das partes envolvidas; e c) na medida do possível, ter, *no mínimo*, noção da dinâmica específica de cada parte.

¹¹ E isso, claro, acaba derivando para um conflito institucional e político na ciência.

Mas o principal é observar que, em termos geográficos, a questão da totalidade está encerrada na relação entre o princípio geográfico da *escala* e o conceito de *rede*. É aqui também que a relação todo/parte em geografia ganha especial sentido. O *todo* se converte em *parte* em função da escala a ser considerada, abrindo-se para a rede de relações entre os Lugares. Os lugares - enquanto particularidades na rede - são uma síntese entre o que há de universal entre os Lugares em relação (identidade) e a singularidade de cada Lugar (diferença/contradição). O Lugar é o todo, mas também é parte numa trama de relações (rede) maior. Tudo depende da escala.

A tarefa não é pequena, mas conhecimento é sempre *momento*, aproximação contínua em direção ao real. Isso fica para além da questão se o *todo* é soma, síntese ou mais que a reunião das partes. Saber o que uma coisa tem a ver com outra é tarefa permanente de um espírito curioso, que tem como princípio que as coisas se *fundamentam* a partir de suas relações.

Assim, o enfrentamento do problema da totalidade é uma necessidade sempre e permanentemente presente. Nunca se extingue. Jamais teremos uma postura definitiva, quando muito aproximada e talvez algo satisfatória. O todo, na sua estrutura, é composto de elementos heterogêneos, distintos e francamente antagônicos. O que remete à sua instabilidade e, portanto, ao movimento. Como dito, a apreensão disso em pensamento sempre será um *momento*.

Universalidade, particularidade e individualidade são momentos de um todo ou totalidade. Mas, de um modo mais geral, um momento é uma característica ou um aspecto essencial de um todo concebido como um sistema estático, e uma fase essencial num todo concebido como movimento ou processo dialético” (INWOOD, 1997. p. 310).

Há outros elementos a serem considerados, como identidade, diferença, contradição, entre outros, mas fiquemos por aqui. E, assim, reafirmamos uma das, se não a mais importante, questão que se impõe ao termos a geografia em pensamento: a totalidade *concreta*.

Se os movimentos internos das disciplinas, como no caso da história e a questão do cotidiano (a nova história), vão ao sentido da recusa no enfrentamento desta questão, aqui nos dispomos a ir para o sentido contrário e enfrentar este problema. Sendo assim, a Geografia Sistemática pede passagem convidando à retomada do diálogo com a Geografia Regional. Este é um debate a ser retomado uma vez que se coloca de frente ao problema da totalidade e numa perspectiva genuinamente geográfica. Da mesma forma que permite construir teorias em geografia, ou seja, nos processos de abstração de situações específicas teríamos a possibilidade de constituição de teorias que são o reflexo dos elementos essenciais (concretos) necessários (não contingentes) que fundamentam o real. A geografia sistemática conduz a uma sistematização do pensamento geográfico, situação que se dá na

construção epistemológica do pensamento. A geografia regional é a síntese entre as determinações geográficas necessárias com as determinações contingentes. Mas o que são determinações geográficas? Exemplos: o clima, a renda da terra, o solo, a ideologia etc. *São determinações geográficas porque incidem na definição de uma geografia, da mesma forma que a própria geografia resultante da síntese destas determinações será, ela mesma, elemento determinante na definição de cada um destes elementos em si.*

Outro aspecto é o contemporâneo, ou seja, o presente evanescente (em tensa permanência) do Meio Geográfico, posto numa territorialidade dada. O meio geográfico no instante dado e vivido pelo sujeito, pelo indivíduo, pela classe, pela sociedade. A reflexão em geografia exige a pergunta “onde está o Homem?” ou, “onde o ser realiza sua existência?”. O contemporâneo é a história se realizando em geografias, e a geografia determinando a sociedade e, por conseguinte, a história. Sem jogo de palavras: as ações humanas, em sociedade, repercutem na apropriação objetiva e subjetiva do meio geográfico existente e, a partir daí, a sociedade se totaliza¹², reproduzindo-se mediante as condições impostas pelo geográfico já ali estabelecido. E, nessa dinâmica, se operam mútuas transformações e revoluções, e, vemos nisso a história e seu processo. Temos de acrescentar: *sendo muito mais que o espaço, é a geografia que garante a reprodução das relações sociais de produção.* Portanto, essencial aqui é ver a distinção entre espaço e geografia.

Desde quando Ruy Moreira escreveu *Assim se Passaram Dez Anos* (2007, p. 23) - texto dedicado a avaliar as transformações ocorridas pela geografia brasileira ao longo dos anos oitenta - se passaram trinta anos, ou seja, mais vinte, e as coisas talvez não tenham melhorado, muito pelo contrário... Pelo menos nos termos da epistemologia. Em que pesem algumas, porém, muito tímidas, autocríticas. Na trama lógica das categorias – espaço, território, paisagem, lugar, área, região, habitat –, a geografia vai tomando forma no pensamento, a descrição vira explicação e vice-versa, vamos do abstrato ao concreto, da identidade à contradição, passando pela diferença. Portanto, onde está a epistemologia do pensamento geográfico que consagra isso?

Hoje, observamos alguns movimentos de revalorização dos “clássicos” do pensamento geográfico. Antes tarde do que nunca. Mas fica a pergunta: o que fazer com eles? Quanto ao debate disto que se converteu numa especialidade vazia, a chamada epistemologia e história do pensamento geográfico, caracteriza-se hoje por discussões que não se classificam como pertencentes às outras especialidades geográficas, como geografia urbana, ou agrária, ou política, cultural, etc. Ou seja, temas teóricos são assuntos para os “epistemólogos em geografia”, os especialistas da “área”. Fechado em si mesmo, eis o lugar em que ficou esta discussão da ciência

¹²Se em Milton Santos, a partir de Sartre e o “prático inerte”, temos algo destas idéias, acreditamos, que conduzir não o espaço, mas o geográfico a esta condição é dar à totalidade sua expressão existencial inteira.

geográfica, e, dessa maneira, solenemente as demais “áreas” seguem suas produções. Resta saber, ancoradas em que epistemologia.

Termino com Armando: “Então, eu constato a inexistência de um discurso geográfico teórico geral; e, como decorrência disso, ocorre uma fragmentação do conhecimento” (SILVA, 1987, p. 117). Eu só acrescentaria: e a fragmentação leva à perda do geográfico. Armando escreveu isso em julho de 1979...

Bibliografia

- BRANCO, J. M. de. (1989) *Dialética, Ciência e Natureza*. Lisboa: Caminho.
- BRUNHES, J. (s.d.) *Geografia Humana*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura.
- DERRUAU, M. (1964) *Tratado de Geografia Humana*. Barcelona: editorial Vicens-vives.
- CHORLEY, R. & HAGGETT, P. (Org.). (1974) *Modelos Integrados em geografia*. Rio Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora S.A./Edusp.
- HEGEL, G. W. F. (1995) *Enciclopédia das Ciências Filosóficas: a ciência da lógica*. v. 1. São Paulo: Edições Loyola.
- INWOOD, Michel. (1997) *Dicionário Hegel*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- MARX, K. (1987) *Para a Crítica da Economia Política*. São Paulo: Nova Cultural, V.1. Coleção Os Pensadores.
- _____. (1989) *Manuscritos Económico-filosóficos*. Lisboa: Edições 70.
- MOREIRA, Ruy. (2007) *Pensar e Ser em geografia*. São Paulo: Contexto.
- SANTOS, Milton. (1996) *A Natureza do Espaço*. São Paulo: Hucitec.
- SILVA, A. C. da. (1978) *O Espaço Fora do Lugar*. São Paulo: Hucitec.
- _____. (1982) O Espaço como Ser: uma auto-avaliação crítica. In: MOREIRA, Ruy. *Geografia: Teoria e Crítica*. Petrópolis: Vozes.
- _____. (1986) As Categorias como Fundamentos do Conhecimento Geográfico. In: SANTOS, Milton. *O Espaço Interdisciplinar*. São Paulo: Nobel.
- _____. (1986) *De quem é o Pedaco?* São Paulo: Hucitec.
- SORRE, MAX. (1957) *Rencontres de La Geographie et de La Sociologie*. Paris: Librairie Marcel Rivière ET Cie.

Data de submissão: 14/02/2015.

Data de aceite: 16/11/2015.